



Assembleia Municipal

ACTA Nº 11

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de Fevereiro de 2011

Aos 25 dias do mês de Fevereiro de 2011 reuniu em sessão ordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça. Esta sessão foi dirigida por uma mesa constituída pelo Presidente, Mário Raul Santiago do Céu, e pelos secretários Ana Paula Agostinho Matias e João Vasco Rodrigues Peixinho. Compareceram a esta Assembleia os seguintes deputados: João Manuel de Jesus Brito, Tiago Machacaz, Maria Graciete Agostinho Brito, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Carla Margarida Alves Raposo, Inês Nóbrega D'Aguiar, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Marco António Heleno Domingos da Silva, Miguel Eusébio, Joana de Brito Monteiro Serrano e António Alberto V. Costa. Estiveram ainda presentes os vereadores Regina Ferreira, Luís Garrotes, Mário Peixinho e Carlos Pereira, bem como o Presidente da Câmara, Mário Pereira.

Assinalou-se a ausência de um deputado do PS.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão eram 20 horas e 50 minutos.

Período de Intervenção do Público

Inscreeveram-se os seguintes munícipes: João Manuel Monteiro Serrano, Júlio Manuel Fernandes Pratas e Ricardo Manuel Hipólito.

Interveio em primeiro lugar o munícipe João Serrano. O munícipe fez a evocação do conterrâneo António José Lopes, homem que se destacou como treinador de futebol do Clube Desportivo "Os Águias" e, no exercício dessa actividade, enquanto formador de homens. O munícipe leu um documento assinado por 119 alpiarcenses que pedia que fosse atribuído o nome do conterrâneo que se pretende homenagear a uma rua ou a um edifício de Alpiarça.

Interveio em seguida o munícipe Júlio Pratas fazendo igualmente uma proposta para a toponímia de Alpiarça. Depois de fazer a sua evocação, o munícipe propôs que o nome do antigo provedor da Misericórdia, Dr. Mário Romão, fosse considerado na lista de nomes a atribuir a ruas de Alpiarça.

Por último interveio o munícipe Ricardo Hipólito. O munícipe aproveitou o tema para recordar o Executivo que as artérias António Sérgio e Alfredo Lima se encontram sem sinalização toponímica.

Entrando nas questões que tinha preparado, recordou que este ano se cumpriam 50 anos sobre a data em que cerca de 30 alpiarcenses foram presos por motivos políticos em Alpiarça naquilo que o munícipe classificou de noite tenebrosa. O munícipe ficaria muito satisfeito se os órgãos autárquicos se lembrassem de homenagear esses lutadores anti-fascistas.

O munícipe sugeriu ainda, e aproveitando o mote da Comunidade Europeia que celebra o Ano Europeu do Voluntariado e o Ano Internacional da Floresta, que se organizasse uma iniciativa em que fossem plantadas algumas árvores que se revestiriam de simbologia para os vindouros que nelas recordariam que neste ano os seus antecessores tiveram consciência da importância de sustentar o futuro, ao mesmo tempo que se enfatizaria a participação de Alpiarça nas comemorações do Centenário da República.

Feitas as sugestões, o munícipe questionou o Executivo acerca das graves acusações dirigidas pelo Movimento Alpiarça é a Razão/PS que garantiam que as viaturas do município estariam a circular sem seguro. O munícipe quis ouvir de viva voz da parte do Executivo se estas acusações correspondem à verdade. A não corresponderem, entende o munícipe que o Movimento violou princípios éticos de forma grave e irresponsável.

Por último, o munícipe referiu-se ao regulamento da Zona Industrial aprovado em 2005, que deveria ser revisto já que revela algumas lacunas, e cujas directrizes são constantemente violadas. O munícipe teve também conhecimento de que existem muitos lotes que foram adquiridos mas não estão a ser utilizados e que existem várias pessoas interessadas em adquirir lotes mas que não o podem fazer. O munícipe questiona-se pela razão pela qual nada foi feito para alterar a situação quer pelos anteriores Executivos quer pelo actual.

Antes de dar a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões dos munícipes, o Presidente da Mesa afirmou considerar justas as recomendações toponímicas aqui apresentadas, pelo que no âmbito das suas competências, as fará chegar ao Executivo.

O Presidente da Câmara afirmou que também considera válidas as propostas toponímicas, pelo que a Câmara irá equacionar estas possibilidades. O Presidente lembrou ainda que existe uma listagem com propostas de nomes a atribuir a ruas, bolsa de nomes que foi sendo preenchida com as propostas que foram sendo apresentadas pelos sucessivos executivos camarários.

No que toca ao caso concreto de António Lopes, o Presidente abordou a hipótese de se considerar este nome para designar uma eventual construção de raiz de um novo edifício para os balneários do Estádio Municipal.

Em relação à Rua António Sérgio e à rua Alfredo Lima, questões colocadas pelo munícipe Ricardo Hipólito, o Presidente comprometeu-se em colocar as placas identificativas o mais rapidamente possível.

Já quanto aos cerca de 30 alpiarçenses anti-fascistas presos há 50 anos, o Executivo tinha conhecimento da efeméride e já tinha inclusivamente intenção de promover alguma iniciativa que assinalasse a data e homenageasse esses concidadãos.

No que toca à plantação de árvores, trata-se de uma iniciativa que a Autarquia também já estava a equacionar, até porque tem sido um assunto abordado por vários munícipes e associações.

Quanto à acusação do PS de que a Câmara não teria os seguros dos seus veículos em dia, o Presidente reconheceu que é uma acusação grave, pelo que tinha agendado abordar o assunto nesta

Assembleia. O assunto já foi aliás abordado na presença dos vereadores em Reunião de Câmara, órgão no qual o Presidente teve a oportunidade de declarar que a acusação era absolutamente falsa, dado que os seguros estiveram sempre garantidos. O Presidente considera que a acusação, tal como foi divulgada através da publicação de um comunicado à população, revela irresponsabilidade por parte dos responsáveis políticos do PS. Para o Presidente, a atitude mais natural e louvável por parte do PS, no caso de ter dúvidas quanto ao pagamento dos seguros, teria sido ter-se deslocado à Câmara para esclarecer as dúvidas junto dos serviços da Autarquia, o que não aconteceu. Assim sendo, o Presidente acusa de irresponsabilidade os responsáveis por esta comunicação, acrescentando que estes cometeram uma injustiça para com os funcionários da Autarquia afectos a esse serviço. Entretanto o Presidente já fez chegar uma carta à Comissão Concelhia do PS na qual convidava os responsáveis políticos a virem à Câmara comprovar a falsidade das acusações e na qual salvaguardava o direito de ver reposta a verdade dos factos.

Relativamente à Zona Industrial, o Presidente não põe em causa que o regulamento tenha correspondido às preocupações e às necessidades num determinado período, mas neste momento as alterações que se produziram fazem com que haja necessidade de reformular alguns aspectos do regulamento. O assunto já foi abordado em Reunião de Câmara e o Presidente já deu inclusivamente instruções aos serviços técnicos para que procedessem a uma proposta de revisão do regulamento da Zona Industrial que pudesse alargar o âmbito das actividades económicas permitidas. Existe também a ideia de notificar todos os proprietários da Zona Industrial e agendar uma reunião no sentido de se poder discutir abertamente as questões mais urgentes, nomeadamente no que respeita aos proprietários que não têm os lotes ocupados e que devem ser consciencializados para a importância de os ocuparem ou de efectuarem permutas ou mesmo de os venderem.

Actas

Procedeu-se à apreciação e votação da acta nº 10.

Sobre a acta nº 10 interveio a deputada Graciete Brito e o deputado João de Brito sugerindo algumas alterações de redacção e apontando alguns lapsos.

Posta à votação com as alterações propostas, a acta nº 10 foi aprovada por maioria com 3 abstenções dos deputados Miguel Eusébio, Carla Raposo e Tiago Machacaz. Estes 3 deputados fizeram declaração de voto explicando que se abstiveram porque não estiveram presentes na sessão a que se reporta a acta.

Período Antes da Ordem do Dia

Interveio em primeiro lugar o deputado Tiago Machacaz questionando o Executivo sobre o que teria sido feito para dinamização do Parque de Campismo desde que cessou o contrato há cerca de 1 ano com a entidade que concessionava a infra-estrutura. Perguntou ainda quais eram os projectos para o futuro deste Executivo em relação às áreas envolventes e ao próprio Parque.

Interveio o deputado Paulo Sardinheiro pedindo esclarecimentos ao Executivo sobre a solução por este encontrada para um processo que decorria em tribunal contra um funcionário da Autarquia que estava suspenso. A Câmara chegou a um acordo extra-judicial em que se comprometeu a reintegrar o funcionário e a pagar-lhe uma avultada indemnização, numa altura em que a Câmara passa graves dificuldades financeiras e quando nada ainda fazia prever que a Câmara fosse perder o processo. Além disso, com este acordo toda a gente ficou sem saber de que lado estava a verdade, uma vez que não houve veredicto.

O deputado referiu-se em seguida a uma visita protagonizada por membros do Executivo e alguns agricultores do Concelho aos campos da Lezíria a fim de observarem como se processava a distribuição e canalização da água nesses campos. O deputado perguntou ao Executivo qual seria o envolvimento da Câmara com a Associação de Regantes em formação e que acções de esclarecimento estão a decorrer junto da população.

Alertou também para alguns buracos existentes na Zona Industrial com profundidade suficiente para lá caber um carro.

O deputado referiu que estes buracos, apresentam alguma perigosidade, pelo que aconselhou a que o Executivo tomasse alguma medida.

O deputado apresentou algumas fotografias que documentavam as afirmações anteriores e que apresentavam algumas situações de acumulação de lixos, nomeadamente na Casa dos Patudos. O deputado perguntou ao Executivo que acções pensam desenvolver relativamente a estas situações.

A propósito da reunião do movimento associativo de Alpiarça, na qual se terá discutido um projecto turístico englobante para o Concelho de Alpiarça, o deputado fez, em nome da Bancada, uma proposta à mesa pedindo que a mesma fosse votada. A proposta foi redigida nos seguintes termos:

“No seguimento do processo de análise em desenvolvimento pelo Executivo relativo ao potencial turístico do Município e em particular dos recursos de carácter turístico onde se insere o Parque de Turismo Municipal, que caminha a passos largos para a degradação total, o Movimento Alpiarça é a Razão/PS propõe à Mesa a deliberação de convidar a empresa ILM, uma empresa líder de mercado especializada em consultadoria de turismo, para uma reunião com o Executivo e respectivos eleitos, cujo objectivo final será a formulação de uma estratégia de desenvolvimento turístico para o Concelho e a candidatura desse projecto ao Quadro Comunitário de Apoio.”

O deputado acrescentou ainda que foi feito um contacto prévio com a empresa, que se mostrou disponível para fazer uma reunião introdutória e que se junta à proposta 3 *case studies* de trabalhos que a empresa desenvolveu.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro que começou por saudar a presença do deputado municipal Tiago Machacaz, que pela primeira vez faz parte deste órgão.

Em seguida pediu ao Executivo que fizesse um ponto de situação sobre a possibilidade de formar em Alpiarça uma Associação de Regantes à semelhança daquela que existe em Vila Franca de Xira. O deputado afirmou que a acontecer seria muito positivo, uma vez

que se poupariam recursos que no futuro irão fazer falta, e se beneficiaria a actividade agrícola do Concelho.

Ainda em relação a questões agrícolas, o deputado sugeriu que se organizasse uma reunião com produtores agrícolas que utilizem plásticos para os consciencializar para os problemas ambientais que acarreta a utilização desse material.

O deputado não pôde ainda deixar de referir, em nome da sua Bancada, a forma irresponsável como o PS/Alpiarça é a Razão colocou a questão dos seguros dos veículos da Autarquia. Para o deputado, pôr em causa instituições e pessoas sem primeiro verificar se a notícia corresponde ou não à verdade não é uma forma justa de fazer política.

Por último, o deputado referiu a preocupação da oposição com os custos com o gabinete de apoio à presidência, lembrando que a contabilidade não se faz só ao nível dos ordenados. Pediu por isso que o Executivo apresentasse um balanço comparativo dos gastos desse gabinete com comunicações, ajudas de custo, refeições, deslocações, etc.

Interveio em seguida o deputado João de Brito começando por assinalar o facto de uma das suas chamadas de atenção na última sessão da Assembleia ter sido tida em conta e ter sido entretanto resolvida. Refere-se à grua que se situava na via pública e que apresentava alguma perigosidade e que entretanto foi desmantelada. Por outro lado, o deputado lamentou que as suas recomendações relativas à sinalização e indicação de monumentos e serviços na Rua José Relvas não tenham sido tidos em conta. Segundo o deputado, a altura de algumas placas, bem como a sua colocação em cima dos passeios apresentam alguma perigosidade para os transeuntes. O deputado lamenta tanto mais que são coisas fáceis de fazer e para as quais a Câmara está alertada.

A propósito do que já se falou acerca da Zona Industrial, o deputado alertou para a necessidade de tratar o assunto com uma certa delicadeza, evocando o que a propósito de vendas e permutas fez correr muita tinta na comunicação social. Além do mais, o deputado considera muito mais importante que o facto de não haver espaços disponíveis na Zona Industrial é a retirada da IC3 da agenda política do país. Para o deputado, a construção desta via iria

beneficiar em muito o desenvolvimento da vila e a captação de empresas para a Zona Industrial.

Interveio em seguida o deputado Marco Silva, questionando o Executivo acerca da utilização dos autocarros da Autarquia, assunto que foi bastante discutido na última sessão da Assembleia. O deputado pretende por isso saber onde é que os autocarros foram, os quilómetros que fizeram e como é que foram utilizados.

Intervenção deputada Ana Margarida do Céu que começou por questionar acerca do concurso de vinhos que tradicionalmente se realiza em Alpiarça, o que, ao que sabe, não acontecerá no presente ano. Referiu-se em seguida ao Projecto Cidade Amiga das Pessoas Idosas, projecto que fazia parte do Programa Eleitoral do PS. Segundo consta a Câmara vai aderir a este projecto, pelo que a deputada congratula o Executivo. Queria no entanto saber que iniciativas no âmbito deste projecto se está a pensar realizar.

Agora que os edifícios da antiga escola primária vão ficar desocupados com a conclusão da construção da nova escola, a deputada pretende saber se o Executivo já pensou o que vai fazer com essas infra-estruturas.

A deputada leu também que a Câmara iria efectuar um investimento no valor de 35.000,00€ para aquisição de equipamento para o corpo de Bombeiros, pelo que pretende saber em que contexto foram feitas as candidaturas para estas verbas, bem como saber se a totalidade dos equipamentos já foi entregue ao corpo de Bombeiros.

Tomou a palavra a deputada Paula Matias para fazer algumas considerações históricas sobre os movimentos de emancipação das mulheres em Alpiarça anteriores à Revolução dos Cravos, e cuja continuidade é assegurada pela Comissão de Mulheres que anualmente assinala o Dia Internacional da Mulher com o apoio da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. No entanto, durante os 12 anos de gestão socialista da Autarquia esses apoios deixaram de existir, pelo que a Comissão de Mulheres teve de assinalar a data com as dificuldades inerentes à falta de fundos.

Depois destas considerações a deputada leu uma saudação às mulheres que lutaram e lutam pela igualdade de direitos entre as

mulheres e os homens, e em particular às mulheres de Alpiarça que ao longo de décadas tomaram em mãos as comemorações do dia 8 de Março.

Interveio em seguida a deputada Graciete Brito voltando a alertar para o agravamento da insegurança que se vive em Alpiarça. A este propósito referiu a mega operação das forças de segurança que recentemente decorreu em Alpiarça e que teve como fim o desmantelamento de uma rede criminosa que tinha a sua residência no nosso Concelho. A deputada estranhou que o Executivo ainda não se tivesse pronunciado sobre este caso, tendo pelo contrário mostrado uma grande passividade em relação à situação, atitude que não ajuda a tranquilizar a população. Segundo a deputada, a Câmara deveria ter emitido um comunicado em que se mostrasse à população que a Câmara está preocupada e a envidar todos os esforços para repor a segurança na Vila.

Ainda sobre segurança, a deputada lamentou que até agora não tivesse sido dado conhecimento à Assembleia da actividade do Concelho Municipal de Segurança, pelo que pediu ao Executivo que lhe fizesse chegar informações sobre o funcionamento deste órgão.

A deputada referiu-se em seguida à informação que colheu no movimento de correspondência da Autarquia que dava conta do contacto com uma empresa hoteleira de Almeirim para a apresentação de uma proposta de orçamento para alojamento no 25 de Abril. A deputada não pode deixar de estranhar que tenha sido contactada uma entidade de Almeirim e não uma das empresas congéneres de Alpiarça.

Na mesma informação a deputada reparou numa informação com uma certidão de teor sobre a intervenção do munícipe Raul Figueiredo na última sessão da Assembleia Municipal. A deputada comentou que esta intervenção, que apanhou toda a gente de surpresa dado o inesperado do seu conteúdo, ultrapassou largamente o tempo regimentado para a intervenção dos munícipes, tanto mais que em acta esta intervenção ocupa 4 páginas. É de lamentar, segundo a deputada, que o Presidente da Assembleia, que é sempre tão rígido em relação ao tempo concedido aos deputados nas suas intervenções, tenha permitido que esta intervenção se prolongasse tanto tempo para além do permitido.

Em relação concretamente à intervenção do munícipe, a deputada afirmou que se assistiu nesta Assembleia a um desabafo do munícipe que, após 13 anos, decidiu vir carpir um pouco as penas da sua inoperância enquanto Presidente da Câmara. No entanto, depois de perder as eleições, o munícipe foi contemplado com um *Job*, que afinal também existe para os *boys* da política da CDU, que lhe permitiu auferir um ordenado superior ao de Presidente da Câmara, com direito a uma viatura que em nada fica a dever às viaturas adquiridas pela autarquia do Partido Socialista e que ele tanto criticou. Mesmo assim, e apesar de ter sido imediatamente reintegrado, o munícipe não recusou receber o subsídio de reintegração a que tinha direito pelos seus serviços à frente dos destinos da Autarquia.

A deputada acha muito estranho que a CDU tivesse pedido uma certidão de teor como se o que foi dito fosse a maior das verdades, até porque todos sabem que o mandato do Dr. Raul Figueiredo foi muito pobre, e a prová-lo está o resultado das eleições.

Mudando de assunto, a deputada referiu-se à informação de 23 Novembro sobre a intenção da Câmara de, em colaboração com outras entidades, procurar o local ideal para a constituição do museu etnográfico. A deputada pretende saber o que tem sido feito nessa matéria.

Referiu ainda o protocolo de adesão à Sociedade de Reabilitação Urbana da Lezíria do Tejo aprovado na última assembleia. A deputada perguntou se já havia alguma novidade nesse âmbito, tentando igualmente perceber qual é a política habitacional deste Executivo, isto é, se a política deste Executivo vai ser, como há 13 anos atrás, uma política de construção de habitação social ou se vai ser, pelo contrário, uma política de reabilitação das muitas casas de Alpiarça que poderão de algum modo ser integradas neste âmbito.

Pegando no Programa Eleitoral da CDU, documento que refere a intenção de concretizar projectos de interesse para o Concelho, a deputada perguntou ao Executivo que projectos tem para apresentar e que projectos concretizou agora que passou um ano e meio da tomada de posse.

No mesmo documento refere-se a intenção de prestar "apoio aos comerciantes locais ao nível da informação e candidatura de

medidas de apoio à modernização de estabelecimentos de comércio tradicional e campanhas de sensibilização para o consumo local”. A deputada afirmou ter conhecimento de que estão abertas as candidaturas ao PRODER e perguntou que apoio é que a Autarquia está a disponibilizar ou a pensar disponibilizar aos comerciantes.

Por outro lado, agora que se aproxima a época do melão, a deputada perguntou que mais-valias trouxe o Festival de Melão para o Concelho nos moldes em que se realizou a não ser o facto de as pessoas irem lá divertirem-se. Em relação ao Parque do Carril, local onde decorreu o Festival do Melão, a deputada perguntou se a remodelação desse espaço é para continuar ou se é para ficar como está.

Por último, a deputada reforçou a pergunta da eleita Ana Margarida do Céu no que respeita ao Concurso de Vinhos, que entretanto passou para a Câmara do Cartaxo. Pergunta a deputada porque é que Alpiarça achou que não tinha condições para continuar a desenvolver esse concurso.

Interveio em seguida a deputada Inês D’Aguiar. A deputada mostrou-se igualmente preocupada com a insegurança que se vive em Alpiarça, mas não pôde deixar de recordar que a reunião que recentemente decorreu com o Secretário de Estado da Administração Interna, na presença de representantes de todas as forças políticas de Alpiarça, era uma ideia antiga que chegou inclusivamente a ser aprovada por maioria numa Assembleia Municipal do tempo do Presidente Rosa do Céu, mas que, desrespeitando a deliberação do plenário, nunca chegou a acontecer, tendo o Presidente da altura afirmado desde logo que não ia cumprir esta deliberação. Estas afirmações podem ser comprovadas na acta que se reporta a essa reunião. Ao contrário, este Executivo já provou estar empenhado em trabalhar em conjunto com todos para chegar à resolução dos problemas, e a prova é que a reunião se realizou nos moldes que foram aprovados. A deputada perguntou em seguida quais foram os resultados dessa reunião.

A propósito das homenagens aos lutadores anti-fascistas de Alpiarça, iniciativa que teve início nas comemorações do 25 de Abril do ano passado e que se deverá prolongar pelos próximos anos, a deputada apresentou, em nome da sua bancada, a proposta de

nomes a serem homenageados no presente ano, seguido da justificação da escolha. Pelo papel decisivo que as mulheres alpiarcenses tiveram na luta pela democracia e pelo que em silêncio sofreram e abdicaram, a Bancada da CDU propôs a atribuição da Medalha Municipal da Liberdade às seguintes cidadãs alpiarcenses: Adelina Arranzeiro Calarrão, Joaquina Conceição Cavaca, Adelaide Santiago Fidalgo, Joaquina Farinha Relvas e Maria Manuela Costa Almeida.

Por último, a deputada referiu-se aos comentários que a deputada Graciete Brito teceu em relação à intervenção do munícipe Raul Figueiredo, que esperou pelo momento da Assembleia reservado às intervenções do público para legitimamente intervir. A deputada compreende a indignação da deputada socialista, que coincide com a posição do seu partido que rapidamente retirou a voz aos alpiarcenses, vedando-lhes a possibilidade de intervirem nas sessões da Assembleia Municipal. A deputada repudiou em nome da sua bancada todas as afirmações da deputada Graciete Brito, e acrescentou que não deixa de ser irónico que a deputada que mais abusa do tempo regimentado para intervenções venha reclamar do tempo que um munícipe usou para manifestar democraticamente a sua opinião.

O Presidente da Mesa aproveitou a deixa para também ele se pronunciar sobre as declarações da deputada Graciete Brito. Lembrou à deputada que apesar de tudo o munícipe Raul Figueiredo até fez uma intervenção que se enquadrava no âmbito do que estava regimentado anteriormente pelo Partido Socialista, isto é, o munícipe aguardou pelo fim da reunião para intervir, quando podia tê-lo feito, de acordo com o novo regimento, logo no início. O Presidente também compreende a indignação da deputada Graciete Brito com o tempo da intervenção do munícipe, já que estava habituada aos 5 minutos que o PS regimentou para as intervenções do público, quando o tempo que actualmente está regimentado para esse fim é superior. De qualquer forma, o Presidente até admite que o munícipe tenha ultrapassado os 10 minutos que esta Assembleia regimentou, mas acrescenta que em nenhuma circunstância, e independentemente das afinidades políticas de qualquer munícipe, irá cortar a palavra a uma munícipe que esteja a expor as suas opiniões a este plenário.

A deputada Graciete Brito pediu a palavra evocando a figura regimentar da defesa da honra. Comentando as afirmações da deputada Inês D'Aguiar, a deputada recordou que o PS votou ao lado da CDU o actual regimento, pelo que as acusações que lhe foram dirigidas não fazem sentido. A deputada não se revê nas palavras da congénere da CDU, na medida em que não fez parte da Assembleia Municipal que aprovou o regimento a que a deputada se referia. Acusou também a deputada Inês D'Aguiar de ter uma postura incorrecta nesta Assembleia, na medida em que é frequentemente insultuosa para com outros deputados municipais. De resto, a deputada Graciete de Brito, embora reconheça que muitas vezes as suas intervenções ultrapassam o tempo regimentado, não se lembra de alguma vez uma sua intervenção tenha sido contemplada com 4 páginas de acta.

Também em defesa da honra, tomou a palavra o deputado João de Brito. O deputado manifestou o seu desagrado para com os deputados que criticam a Mesa da Assembleia e a culpam pelo arrastar dos trabalhos até horas impróprias, quando na verdade os trabalhos só se arrastam porque os deputados perdem demasiado tempo com questões e discussões que não interessam a Alpiarça. Quanto à honra da sua Bancada, o deputado lamentou que o Presidente da Mesa se tenha esquecido de mencionar o PSD ao referir a proposta regimental que preconiza a possibilidade de os munícipes intervirem no início e no fim da sessão, já que se tratava de uma proposta conjunta da CDU e do PSD.

O Presidente da Mesa assumiu o lapso, desculpando-se por esse facto.

Passou-se à votação da proposta da CDU para as comemorações do 25 de Abril.

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 3 abstenções dos deputados João de Brito, Ana Margarida do Céu e Carla Raposo.

O deputado João de Brito fez declaração de voto. O deputado absteve-se porque no ano passado alguns dos agraciados com esta homenagem ofenderam, entre outros, o partido ao qual pertence durante as suas intervenções na cerimónia. O deputado entende que se tratou de um abuso e, embora tenha toda a admiração pelas

pessoas que lutaram pela liberdade, não pode permitir que o mesmo se repita.

Em relação à proposta do PS, o Presidente da Mesa lembrou que o regimento preconiza que uma proposta só é votada se uma maioria concordar. Assim, o Presidente da Mesa incluiu a proposta no âmbito dos esclarecimentos a serem prestados pelo Presidente da Câmara, passando-lhe por isso a palavra.

O Presidente da Câmara informou que o Executivo se tem reunido com várias entidades a propósito da solução a encontrar para o Parque de Campismo, a última das quais com a Federação Portuguesa de Campismo. Em relação à proposta do PS, o Presidente admite, se todos concordarem, contactar a empresa mencionada e propor ouvi-la da mesma forma que têm ouvido outras entidades. Não sendo esta uma competência da Assembleia, o Presidente é da opinião que não fará muito sentido estar a aprovar neste órgão uma proposta formal neste âmbito.

O deputado Paulo Sardinheiro afirmou não compreender porque é que a proposta não é votada, até porque está a ser bem recebida pelo Presidente e é um assunto do interesse de todos.

O Presidente afirmou que a sua proposta vai para além do que está a ser pedido, já que se está a comprometer pessoalmente. A proposta pode muito bem ser votada na Assembleia Municipal e o Presidente de Câmara não convocar a reunião, dado que é uma matéria que não é da competência da Assembleia. Ainda assim, não se opõe à votação, embora considere que a sua palavra devia ser suficiente.

O deputado Paulo Sardinheiro entende que a visão mais alargada do que pode ser o turismo em Alpiarça deve passar pela consulta a empresas com esta vocação, e nessa medida não lhe parece que uma entidade com a Federação de Campismo possa contribuir para uma perspectiva mais alargada e englobante de todos os recursos.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro, que também se mostrou preocupado com a situação do Parque de Campismo, embora estranhando que o PS esteja a apresentar propostas agora, depois de ter deixado a situação chegar ao ponto em que está agora. De

qualquer forma, na sua opinião, esta proposta devia ser entendida meramente como uma sugestão ao Executivo, já que esta matéria não é da competência da Assembleia Municipal.

A deputada Carla Raposo interveio lembrando que é do Regimento que as propostas das bancadas que dão entrada na Mesa devem ser votadas, pelo que sugeriu que se passasse à votação da proposta.

Intervenção do deputado João de Brito congratulando-se pela proposta do deputado Paulo Sardinheiro, dado que concorda que o Parque de Campismo está num estado deplorável. Em relação à proposta concreta, o deputado afirmou entender tratar-se de um atestado de incompetência ao Executivo socialista dos últimos 12 anos, uma vez que o descalabro do Parque de Campismo se deve à sua acção.

O deputado Paulo Sardinheiro respondeu ao deputado João de Brito lembrando que foi uma questão legal que impediu a intervenção no Parque de Campismo durante todo o tempo que refere, uma vez que existia uma concessão que só recentemente terminou. O deputado adiantou ainda que não fazia questão que a proposta fosse votada, e dado que o Presidente já se comprometeu, aceita que a sua proposta seja tomada como uma sugestão ao Executivo.

O deputado João de Brito voltou a intervir, evocando a Defesa da Honra. Afirmou que bem sabe que foi uma questão legal que impediu a intervenção no Parque de Campismo, mas lembrou que o PS perdeu mais tempo com processos em tribunal do que a tentar resolver problemas importantes.

Não existindo efectivamente a pretensão por parte das bancadas de o assunto ser efectivamente votado, o Presidente da Mesa retirou a proposta do deputado Paulo Sardinheiro e deu a palavra ao Presidente da Câmara, que passou a responder às questões que lhe foram colocadas.

Em relação ao Parque de Campismo, o Presidente considerou injusto dizer que nada foi feito no último ano, uma vez que a Câmara realizou alguns investimentos e algumas intervenções que tornaram o Parque mais habitável. O Parque não está mais degradado, bem pelo contrário, a autarquia está agora a procurar reverter o processo de

degradação em que o encontrou em Abril de 2010 e a proceder a diversos trabalhos de melhoramento.

Quanto ao acordo de transacção com o funcionário Ricardo Vaz, a propósito do processo de despedimento que o funcionário contestava em tribunal há mais de 7 anos, o Presidente afirmou que a CDU sempre questionou a posição do Executivo Socialista e recordou que ainda durante o último mandato a advogada da Autarquia da altura tinha sugerido a hipótese de se chegar a um acordo com o funcionário, pelo que não se trata de um dado inédito. O funcionário viu ser-lhe dada razão em todas as instâncias a que apelou, sendo que o processo estava agora no Tribunal Administrativo de Leira, instância para a qual a Câmara recorreu. O funcionário pedia a reintegração no serviço, bem como o pagamento de todos os vencimentos e subsídios a que tinha direito durante estes sete anos, sendo que no acordo agora assinado estabeleceu-se como valor da indemnização a verba correspondente a metade do total que a Câmara teria de pagar se o tribunal se pronunciasse a favor do funcionário.

De resto, a título pessoal, o Presidente afirmou que 7 anos, e mais quantos faltassem para se conhecer um veredicto, não é fazer justiça, principalmente quando estão envolvidas pessoas e as suas vidas pessoais.

Em relação à alegada reunião entre as várias colectividades do Concelho de Alpiarça e a Câmara, o Presidente esclareceu que não existiu tal coisa. O que teve lugar foi o IV Encontro das Colectividades e Associações do Concelho de Alpiarça, no qual a Câmara esteve presente como convidada. Estes encontros têm organização rotativa, pelo que este ano coube à AIDIA, depois de os Águias, a Sociedade Filarmónica e o Grupo de Dadores Benévolos de Sangue terem organizado o encontro em anos anteriores. Durante este encontro as entidades que estiveram presentes falaram um pouco do que tem sido a sua actividade, seguindo-se um período de debate e de apresentação de conclusões. Foi durante esse período que foi apresentada uma proposta que foi aprovada pelos presentes e que consistia na intenção de criar um grupo de representantes das colectividades presentes com o objectivo de proceder à discussão de ideias para o desenvolvimento turístico, cultural e desportivo do Concelho.

Quanto à ideia plasmada pelo deputado Paulo Sardinheiro de que o Parque de Campismo está a caminhar para a degradação total, o Presidente considera que, pelo contrário, ao fim de 10 anos se está finalmente a tentar inverter essa tendência.

Já quanto ao Gabinete de Apoio, assunto que é frequentemente mencionado na Assembleia e que facilmente se presta à demagogia, o Presidente recordou que o Gabinete em causa é constituído ao abrigo da legislação e que tem os mesmos elementos que tinha no último mandato: um Chefe de Gabinete, um Adjunto do Presidente da Câmara e duas secretárias. O gabinete podia ainda, ao abrigo da legislação, ter outro secretário. Assim, ao nível dos vencimentos, os custos são os mesmos. De qualquer forma, é uma opção política, e se isso é uma coisa grave, então o PS e o PSD deviam levar a discussão para o interior dos seus organismos partidários (partidos), que são os que mais Câmaras gerem e todas com os seus Gabinetes de Apoio, assim como ao nível de variadíssimos organismos da administração central e do Governo. Em todo o caso, trata-se de uma observação recorrente e, assim sendo o Executivo decidiu contabilizar todos os gastos adjacentes ao funcionamento deste gabinete para assim mostrar que não é este Executivo que é despesista, pelo contrário, gasta bem menos que os anteriores e que os membros deste Executivo não fazem dos veículos da autarquia os seus veículos particulares, nem comem de borla à custa da Câmara, nem sequer têm o hábito de ficar em hotéis à custa da Câmara. O Presidente passou a enunciar o valor dos gastos inerentes aos diferentes gabinetes de apoio:

- Ajudas de Custo entre 2005 e 2009: de 1.350€ a 3.417€;
- Ajudas de Custo em 2010: 314€;
- Comunicações entre 2005 e 2009: de 1.827€ a 6.507€;
- Comunicações em 2010: 1.434€;
- Refeições entre 2005 e 2009: de 1.627€ a 2.453€;
- Refeições em 2010: 445€;
- Combustíveis entre 2005 e 2009: de 2.801€ a 4.852€;
- Combustíveis em 2010: 1.876€.

A acrescentar a isto, o Presidente lembrou que o Gabinete de Apoio do Executivo PS tinha funcionários da Autarquia ao serviço quase exclusivo deste Gabinete mas que não são contabilizados no seu orçamento.

Em relação à Zona Industrial e à referência do deputado João de Brito ao IC3, o Presidente afirmou que concorda com o reconhecimento da importância vital que essa via teria para o desenvolvimento do Concelho e de toda a região. Acontece que, se no caso da CDU esta opinião é coincidente com a dos representantes desse partido na Assembleia da República, no caso do PS e do PSD o mesmo já não acontece, sendo por essa razão que este projecto tem sido constantemente protelado. Em todo o caso, a Câmara de Alpiarça manterá a posição no que toca a essa questão e, juntamente com outros autarcas da região, irá procurar intervir no sentido de encontrar saída para esse impasse e para se concretizar a construção do IC3.

No que toca à utilização dos autocarros da Câmara, assunto que já na última sessão foi muito discutida a propósito da cedência do autocarro para manifestantes se deslocarem a Lisboa, o Presidente informou a Assembleia que não só essa é uma prática em muitas autarquias, como também o próprio Executivo do PS chegou a ceder os autocarros para o mesmo fim, incluindo manifestações de agricultores. Em relação ao caso concreto da cedência do Autocarro à União dos Sindicatos de Santarém, na altura o Presidente admite que cometeu um lapso ao afirmar que se destinava a uma manifestação em Lisboa, quando na verdade se destinava ao transporte de pessoas que participaram nas comemorações do 1º de Maio em Santarém, o que corresponde a uma distância de 57Km. A cedência do autocarro para se deslocar a Lisboa teve como beneficiário a A.R.P.I.C.A./Cantinho do Idoso.

O Presidente apresentou em seguida um balanço da utilização do autocarro nos anos correspondentes ao último mandato do PS e ao primeiro ano de gestão CDU. De 2005 e 2010, o autocarro cumpriu entre 78.500Km e 50.900Km por ano, enquanto em 2010 foram percorridos 57.758Km.

Chegado a este momento, e porque já eram 00h00, o Presidente da Assembleia perguntou ao plenário se estava na disposição de continuar a sessão.

Posta à votação, a continuação da sessão foi aprovada por maioria com 2 abstenções dos deputados Carla Raposo e Ana Margarida do Céu, e 2 votos contra dos deputados Tiago Machacaz e Graciete Brito.

Posto o que o Presidente da Câmara continuou com a sua exposição. Referiu-se em seguida ao Concurso de Vinhos Engarrafados do Tejo, organizado pela CVR-Tejo e pela Confraria Enófila Nossa Senhora do Tejo, e que contava com a colaboração da Câmara de Alpiarça que, para além de colaborar, essencialmente tinha de o pagar. Assim, no ano passado a participação da autarquia neste concurso deu-se ao nível do pagamento das despesas e da realização das provas dos vinhos, sendo que a entrega dos prémios acabou por ter sido em Santarém, apesar de a Câmara ter envidado esforços para que a cerimónia decorresse em Alpiarça. O Presidente deu conta de alguma resistência relativamente à realização deste evento em Alpiarça, argumentando que a Casa dos Patudos não teria condições – e na altura o Museu estava em obras – para receber o banquete final e a atribuição de prémios. Estas atitudes da CVR-Tejo obrigaram a uma reflexão por parte do Executivo, que, após reunião com a CVR, acabou por se decidir pela suspensão da colaboração na organização do evento, mantendo em aberto a possibilidade de o voltar a organizar num eventual retomar da Feira do Vinho.

Em relação à pergunta da deputada Margarida do Céu sobre que destino dar aos edifícios que vão deixar de ser utilizados como escola com a abertura do novo Centro Escolar, o Presidente explicou que, relativamente à escola E.B. 1 de José Relvas, equaciona-se a possibilidade de passar o Jardim de Infância das Faias para esse edifício. Já no que toca ao edifício da escola do Frade de Cima, terá de se equacionar uma solução juntamente com todas as partes interessadas.

Quanto ao equipamento para os Bombeiros, o Presidente explicou que a Autarquia recebeu um conjunto de equipamentos no âmbito do combate a incêndios urbanos. A aquisição destes equipamentos resulta de uma candidatura apresentada pelas

Federações Distritais de Bombeiros de Santarém, Portalegre e Évora, e que contou com a participação dos municípios com bombeiros municipais, cujo valor traduz-se num montante global de 35 mil euros, comparticipados a 60% pelos fundos comunitários. Este processo iniciou-se em 2009, mas o município de Alpiarça só aderiu em 2010 através de uma adenda ao documento que formaliza a sua participação. Mais informou o Presidente que, no mesmo âmbito, já foram lançadas outras candidaturas para a aquisição de outros equipamentos e viaturas.

Quanto às preocupações com a segurança da deputada Graciete Brito, preocupações que partilha com o Executivo, o Presidente lembrou que esse não é um problema exclusivo de Alpiarça, apelando à não instrumentalização política das situações que a todos preocupam.

A deputada Graciete Brito interrompeu o Presidente dizendo que se trata de uma preocupação que não deve ser aligeirada, já que a situação em Alpiarça é muito grave. Afirmou ter ficado surpreendida ao saber que um grupo criminoso fazia quartel-general em Alpiarça e solicitou esclarecimentos sobre os estrangeiros que, segundo constou, logo vieram substituir os que foram detidos. A deputada pretende saber se estes estrangeiros estão legais e se a Câmara está preocupada em saber quem são e o que se passa a esse nível.

O Presidente afirmou que não sabe quem são essas pessoas, até porque não é polícia, além de que essas questões ficam abrangidas por disposições especiais que se eximem à acção da Autarquia. Situações idênticas à que a deputada cita aconteceram com os anteriores Executivos, altura em que o posto da GNR foi atingido a tiro ou em que se confirmaram ameaças à integridade física de eleitos autárquicos, e nunca nessas circunstâncias a Câmara emitiu qualquer comunicado à população. Não parece ao Presidente que se justifique tal coisa, até porque essa não é uma área da competência do poder Autárquico. Em todo o caso, o Presidente está a acompanhar a situação, tendo já tido oportunidade de se reunir por diversas vezes com o comandante do posto da GNR e com a comandante do Destacamento Distrital da GNR.

Quanto ao controlo das pessoas que escolhem Alpiarça para viver, o Presidente reafirmou que a Câmara não é uma força de

segurança e também não está disposto a criar *guettos* ou exclusões de qualquer espécie.

No que toca à reunião com o Ministro e o Secretário de Estado da Administração Interna, na qual estiveram presentes representantes de todas as forças políticas eleitas no Concelho, o Presidente informou que foram abordadas as principais preocupações ao nível da segurança, com enfoque na necessidade de reforçar o número de efectivos. Abordou-se também a preocupação dos agricultores derivada dos roubos a que os campos têm sido sujeitos e as questões com o equipamento e com o posto da GNR.

Em relação ao Museu Etnográfico, o Presidente informou que, com a ajuda da Associação dos Amigos da Casa dos Patudos, as peças foram encontradas, recuperadas e inventariadas. Quanto ao projecto da constituição do Museu, equaciona-se agora o local mais apropriado.

Quanto ao acordo de participação do Município de Alpiarça no capital social da SRU da Lezíria do Tejo, o Presidente informou que a Autarquia está neste momento a fazer o levantamento dos prédios a serem possíveis alvos de intervenção, criando para eles fichas individuais. Numa fase próxima está previsto o contacto directo com os proprietários dos edifícios, o que poderá passar pela convocação de uma reunião aberta a todos os habitantes e proprietários da área de reabilitação urbana seleccionada (ARU).

Relativamente ao apoio aos comerciantes locais e campanhas de sensibilização, a Autarquia está a acompanhar as possibilidades de candidatura a fundos externos para os comerciantes.

Quanto ao Festival do Melão, trata-se de uma iniciativa a continuar e a ser melhorada de ano para ano, e que continuará a ter organização da Junta de Freguesia com colaboração da Câmara. Além disso, existe a perspectiva de continuar a requalificação do Parque do Carril, como vem descrito nas Grandes Opções do Plano, o que melhorará as condições do local onde se realiza o evento. Em relação às vantagens que o Festival trouxe, o Presidente está convencido que trouxe vantagens ao nível da promoção do Concelho e do melão que é produzido em Alpiarça.

Tomou a palavra em seguida o Vereador Carlos Pereira. Respondendo à deputada Ana Margarida do Céu, o Vereador confirmou que a Autarquia tinha aderido ao projecto Cidades pelas Pessoas Idosas. Em relação às iniciativas previstas, o Vereador explicou que num primeiro momento será feita uma análise do público-alvo com base num questionário que será proposto à população com mais de 55 anos, e mediante os resultados definir-se-ão as linhas de acção.

Para responder às questões relacionadas com os seus pelouros interveio o Vereador Mário Peixinho. O Vereador começou por explicar que se realizaram algumas intervenções de manutenção do Parque de Campismo, nomeadamente ao nível da limpeza da mata, da poda das árvores e da reparação das instalações através de pequenos trabalhos levados a cabo pelos funcionários da Autarquia. Entretanto, terá de se levar a cabo um estudo que apresente soluções de fundo para aquele serviço. O Vereador afirmou ainda que a Câmara teve pouca sorte com o último concessionário, que não se preocupou com a conservação do Parque e o deixou degradar-se até a um ponto inconcebível.

Quanto à Associação de Regantes, o Vereador explicou que a ideia nasceu de uma interpelação que lhe fizeram propondo a criação de uma Associação de Regantes que aproveitasse a água do Tejo para as regas. A partir desta ideia, tomou-se a iniciativa de contactar a Câmara de Almeirim para se juntar ao projecto daquilo que será, se tudo correr bem, a Associação de Regantes dos Agricultores de Alpiarça e Almeirim. O aproveitamento da água do Tejo para rega faz todo o sentido não só porque se preserva um recurso finito, mas também porque para tal projecto se pode recorrer a fundos comunitários que são atribuídos a 100% para estes investimentos. Para além disso, também se constata que a implementação destes sistemas se revela uma opção mais barata.

Quanto à convocatória para as visitas aos campos de Vila Franca abrangidos pela Associação de Regantes dessa zona, o Vereador explicou que a iniciativa foi tornada pública através de afixação de avisos em cafés e outros locais públicos. O projecto está em fase de embrião e aberto a toda a gente que nele queira participar. Nesta fase de arranque o projecto tem a colaboração das câmaras de Almeirim e de Alpiarça, mas depois de constituída caberá

à Associação apresentar autonomamente candidaturas e avançar com os projectos que entender benéficos para a sua actividade.

Em relação ao problema da sinalização na Rua José Relvas, o Vereador reconheceu que ainda não conseguiu tratar dessa questão. Pediu desculpa pelo esquecimento e comprometeu-se em tratar a questão o mais rapidamente possível.

Por último, em relação aos buracos na Zona Industrial, o Vereador lembrou o deputado Paulo Sardinheiro que esse problema foi herdado do Executivo anterior, e acrescentou que ainda não conseguiu resolver o problema.

O deputado Paulo Sardinheiro sugeriu que ali fosse colocada sinalização que indicasse a existência de perigo.

O Vereador Mário Peixinho concordou com esta proposta.

Interveio ainda o deputado Marco Silva, que não quis deixar de frisar que independentemente daquilo que o Festival do Melão possa ou não gerar, é preciso lembrar que muitas pessoas em Alpiarça fazem depender a sua subsistência da cultura do melão, pelo que o deputado não consegue conceber que se ponha em causa a utilidade de um certame deste tipo.

Terminado o período de respostas, passou-se à discussão e votação do Voto de Saudação às comemorações do Dia Internacional da Mulher.

A deputada Graciete Brito interveio dizendo que não se opõe à saudação às Mulheres, mas julga que o Dia da Mulher nunca deixou de ser comemorado em Alpiarça. A deputada Graciete Brito entendeu que havia um subentendido no texto lido pela deputada Paula Matias que acusava os anteriores executivos camarários de não terem comemorado este dia, subentendido que não corresponde à verdade, uma vez que sempre se comemorou essa efeméride, embora de forma diferente daquela que a CDU e a Comissão de Mulheres habitualmente fazia.

O Presidente da Assembleia explicou que não se trata de uma saudação da CDU, tanto que o documento não tem o logótipo da Coligação, mas de uma proposta que a deputada Paula Matias trouxe para saudar as mulheres de Alpiarça.

A deputada afirmou que se referia aos considerandos que a deputada Paula Matias fez antes de ler a saudação.

Posta à votação, a Saudação foi aprovada por unanimidade.

Antes de entrar na Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia referiu-se às alegações da deputada Graciete Brito sobre o registo de correspondência da Assembleia Municipal a propósito do pedido de orçamento que foi efectuado a unidades hoteleiras de Almeirim. O Presidente explicou que os contactos foram feitos no contexto das comemorações do 25 de Abril, dado que poderá ser necessário alojar um grupo de artistas, e que para além da unidade hoteleira de Almeirim foram contactadas outras entidades, como por exemplo o Centro de Formação Agrícola dos Gagos que também dispõe de serviços de acolhimento e estadia para grandes grupos e se não existe menção no registo de correspondência de outros contactos, tal facto deve-se não só por alguns contactos terem sido recepcionados por outros meios que não a correspondência por carta, como por exemplo o telefone, ou porque os contactos recepcionados já foram posteriores à data de fecho do registo de correspondência recebida. De qualquer forma, ainda se espera a entrada de outros ofícios com respostas de outras entidades. Referiu ainda que não existe nada de concreto quanto à efectiva necessidade de contratar esse serviço, servindo para já de mera estimativa de custos quanto à eventualidade de tal vir a ser necessário e sendo a sessão solene a realizar na noite de 24 de Abril, uma iniciativa organizada pela Assembleia Municipal que necessita de cabimentação orçamental, optou-se por efectuar um levantamento dos custos associados.

Período da Ordem do Dia

- Ponto 1 – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação Financeira, ao abrigo da alínea e) do nº1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada referiu a reunião com a empresa Águas do Ribatejo, e pediu ao Presidente da Câmara que fizesse um balanço da actividade desta empresa ao nível

da intervenção no Concelho, a fim de se perceber se a participação de Alpiarça é vantajosa ou não e se a CDU já mudou a sua opinião relativamente a esta empresa, espelhada na intenção manifestada no Programa Eleitoral desta força política de desvincular a Autarquia desta empresa. A deputada referiu este assunto porque leu na imprensa regional que de facto o serviço de fornecimento de água prestado por esta empresa é mais barato do que aquele que é prestado pelas autarquias que não aderiram a esta empresa. A deputada evocou ainda a sua experiência pessoal, uma vez que é proprietária de duas casas em dois concelhos diferentes e pode testemunhar que em Alpiarça a água é mais barata.

Interveio em seguida a deputada Ana Margarida do Céu que perguntou, relativamente aos serviços de obras, porque é que numas situações se indica o nome dos proprietários das moradias e noutras não.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara, que passou a responder às questões que lhe foram colocadas. Começando pela última questão, o Presidente explicou que essa parte da Informação é elaborada pelos serviços, pelo que não sabe qual é a razão da escolha dessa fórmula.

Em relação à questão sobre as Águas do Ribatejo, o Presidente afirmou considerar que essa é uma questão extemporânea, dado que Alpiarça faz parte dessa empresa, fruto de uma decisão tomada a montante deste Executivo, pelo que neste momento não resta outra opção a não ser continuar a trabalhar com esta empresa e a cumprir as obrigações assumidas pela Autarquia. O Presidente reconheceu também que as Águas do Ribatejo estão a fazer um investimento avultado em todos os subsistemas de saneamento e abastecimento de águas da região. Segundo dados divulgados, é a empresa que maior investimento está a fazer em obras em toda esta região da Lezíria do Tejo. No caso de Alpiarça, estão a ser feitos investimentos importantes de cerca de três milhões de euros, mas que resultam da participação do Município na empresa, dado que é preciso ter em conta que a Câmara já não recebe os valores do pagamento do consumo de água no Concelho, o que representa um abatimento considerável nas receitas municipais. Se é certo que a Câmara não paga os vencimentos das pessoas que estavam afectas ao serviço de águas da Autarquia, também é verdade que temos assistido ao

regresso de alguns trabalhadores que entretanto tinham transitado para a empresa intermunicipal, o que vem agravar um pouco as contas. De resto, o Presidente referiu que a CDU tinha levantado algumas reservas à integração da Câmara nesta empresa porque considerava que a água, sendo um bem essencial, não pode ser objecto de privatização, possibilidade que os estatutos da empresa prevêem. Em todo o caso, há outras autarquias que já alertaram para a necessidade de alterar os estatutos, eliminando essa possibilidade, o que considera muito positivo e indo ao encontro das preocupações iniciais da CDU.

Evocando a acusação da deputada Graciete Brito que na última Assembleia disse que nada tinha sido feito para resolver os problemas de poluição em Alpiarça, o Presidente referiu ainda que o problema da vala está a ser resolvido por via desta participação nas Águas do Ribatejo e dos investimentos que a empresa está a fazer no Concelho.

O Presidente salientou o volume de obra a ser executada, que é significativamente grande em relação à dimensão do Concelho, circunstância que condiciona o acesso do Município a fundos comunitários no interior da contratualização da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. As candidaturas que estavam lançadas vinham do mandato anterior, o que limitou qualquer tentativa deste Executivo para conseguir os meios financeiros para a realização de outras obras, também importantes para o concelho. Desta forma, a acusação de que este Executivo não está a fazer obras é injusta, dado que as opções dos anteriores mandatos esgotaram as oportunidades de acesso a fundos no presente e no futuro próximo. É igualmente injusto dizer que as obras em curso são responsabilidade do anterior Executivo, quando é este Executivo quem as está a executar e a pagar.

- Ponto 2 – Apreciação do Relatório Anual de Actividades 2010 – CPCJ.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Comissão Protectora de Criança e Jovens, Ricardo Luciano, que apresentou sucintamente o relatório.

Interveio em seguida o deputado Paulo Sardinheiro, perguntando pela relação do número de jovens acompanhados em

2010 relativamente ao ano de 2009 e pedindo esclarecimentos sobre o Projecto Conversas com Jovens.

O Presidente da CPCJ informou que o número de processos teve uma redução para menos de metade, não podendo embora apresentar nenhuma explicação plausível para o facto. O projecto Conversas com Jovens insere-se no âmbito da intervenção primária em contexto escolar e tem a CPCJ como a entidade dinamizadora. O projecto surgiu na sequência das Conversas com Pais, depois de se indiciar a necessidade de abordar os mesmos temas com o público a quem directamente diziam respeito, os mais jovens. O projecto existe há um ano e está ainda à procura do formato ideal.

- Ponto 3 – Apreciação e votação do Regulamento dos Transportes Escolares.

Não houve inscrições.

O regulamento foi aprovado por unanimidade.

- Ponto 4 – Apreciação e votação do Regulamento da Componente de Apoio à Família no Pré-Escolar.

Não houve inscrições.

O regulamento foi aprovado por unanimidade.

- Ponto 5 – Apreciação e votação do Regulamento da Componente de Apoio à Família no 1º ciclo do Ensino Básico.

Não houve inscrições.

O regulamento foi aprovado por unanimidade.

- Ponto 6 – Apreciação e votação do Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos no Pré-Escolar e 1º ciclo do Ensino Básico.

Não houve inscrições.

O regulamento foi aprovado por unanimidade.

Ponto 7 – Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro perguntando ao Executivo se ainda está a decorrer a revisão do PDM e de que forma é que este documento encaixa nessa revisão. Pediu em seguida esclarecimentos relativamente ao artigo 9, perguntando pela razão da estimativa apresentada. Perguntou se essa estimativa existe para que a Câmara consiga calcular as taxas que devem ser aplicadas às diferentes obras. O deputado assinalou ainda o que supõe ser uma gralha manifesta na incongruência entre a altura máxima para os muros de vedação, valor apresentado no artigo 10, e o valor apresentado na cláusula que diz respeito aos muros de vedação.

O Presidente da Câmara começou por dizer que não era especialista em urbanismo. O regulamento que agora se apresenta foi trabalhado pelos municípios no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo na presença dos técnicos das autarquias que foram afinando as cláusulas em termos dos valores a apresentar, de maneira a que houvesse uma uniformidade o mais abrangente possível entre os municípios. Quanto às questões específicas sobre os artigos do regulamento, o Presidente lamenta mas não consegue explicar, até porque este regulamento já foi aprovado na Câmara e pela Assembleia Municipal sem ter sido feito qualquer reparo ou observação que lhe pudesse ter suscitado dúvidas que tivesse necessidade de esclarecer.

Interveio em seguida a deputada Inês D'Aguiar, explicando, relativamente à estimativa orçamental, que existem taxas que são pagas em função do valor estimado da construção. Em relação aos muros de vedação, a deputada afirmou que não existe nenhuma incongruência e que o deputado Paulo Sardinheiro está a fazer uma interpretação errada do documento.

Quanto ao PDM, o Presidente explicou que este regulamento está com certeza em concordância com o PDM que está em vigor. A Revisão do PDM ainda não está concluída, pelo que não se coloca a questão.

Posto à votação, o regulamento foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Assembleia propôs em seguida a entrada de um ponto fora da ordem do dia. O Presidente explicou que a Assembleia recebeu no dia anterior um documento subscrito por várias entidades (FENPROF, Associação Sindical de Professores Licenciados, Federação Nacional para o Ensino e Investigação, e outras), com o título Manifesto – Investir na Educação, Defender a Escola Pública, e com o pedido para que fosse lido e apreciado pelo órgão que dirige. Para que o ponto possa ser adicionado à ordem de trabalhos é necessário reunir o consenso de dois terços do plenário, pelo que o Presidente colocou à votação a entrada do documento.

Posto à votação, a entrada do Manifesto foi aprovada por unanimidade.

- Ponto 8 – Manifesto – Investir na Educação, Defender a Escola Pública.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada afirmou concordar com algumas das preocupações reflectidas no documento, embora considere que o manifesto peca por insuficiência, já que entende que existem ainda mais ameaças à escola pública do que as espelhadas no documento. Entende a deputada que a escola pública atravessa uma grave crise que levará, muito provavelmente, ao fim da escola pública tal como ela existia, mesmo antes do 25 de Abril. Há muitas movimentações no sentido de que parte do ensino público seja privatizada, mesmo que continue a ser pago pelos contribuintes, como já vai acontecendo no ensino privado, cujo financiamento por parte do Estado está muitas vezes próximo da totalidade. A deputada defendeu que se deve lutar contra isso, apelando à luta e à união de esforços no sentido de que essas ideias não passem. Lembrou ainda que a classe dos professores foi das classes mais penalizada com os cortes dos vencimentos.

Passou-se à votação do Manifesto, tendo sido aprovado por maioria com um voto contra da deputada Carla Raposo.

Encerrado o Período da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado João de Brito que pediu a palavra para realçar que pela primeira vez desde há cerca 5 ou 6 anos os sete pontos da ordem do dia foram todos votados por unanimidade, tanto

na Assembleia Municipal como na Reunião de Câmara. O deputado congratula-se por isso. Aproveitou também para enaltecer o trabalho que o PS tem feito, particularmente os vereadores do Partido Socialista que, segundo apurou, têm contribuído positivamente com boas ideias para o Executivo.

Período de Intervenção do Público

Intervenção do munícipe Raul Figueiredo. O munícipe começou por lamentar que a deputada Graciete de Brito não levasse a sério a ciência política que, não sendo uma ciência exacta como a matemática, é ainda assim uma ciência muito respeitável que deve ser tratada com a dignidade que merece porque trata de resolver problemas da vida. O munícipe discordou da análise feita pela deputada ao seu mandato como Presidente da Câmara de Alpiarça entre 1993 e 1997, e lembrou que se o seu mandato tivesse sido assim tão mau os vereadores do PS de então não teriam votado favoravelmente todas as propostas então levadas a Reunião de Câmara. Ao longo dos 4 anos do mandato, o PS raramente fez críticas à gestão da CDU.

O munícipe referiu-se à ideia que o PS/Alpiarça é a Razão fez passar durante a campanha eleitoral de 1997 de que iria trazer muito dinheiro para Alpiarça. Volvidos 12 anos, essa promessa concretizou-se em sentido contrário e em vez de dinheiro a herança socialista foi uma Câmara cheia de dívidas. Por outro lado, o esforço que é exigido a uma Câmara comunista para conseguir fazer aprovar projectos é muito maior do que o esforço que é exigido a uma Câmara da cor política do Governo, em que um simples telefonema é suficiente para fazer aprovar uma candidatura. Quando o munícipe chegou à Câmara, ao contrário dos que o sucederam, a Câmara não tinha nenhum projecto aprovado ou em vias disso, pelo que foi preciso fazer todo um trabalho de fundo de procura de concursos e elaboração de projectos.

Quanto à acusação da deputada Graciete que apelidou o munícipe de *boy* da CDU, o munícipe lembrou que depois de ter sido nomeado administrador da ResiUrb em 15 de Setembro de 1998, tem sido constantemente reconduzido por unanimidade de cada vez que há eleições autárquicas, o que demonstra que o seu trabalho está a ser reconhecido. De resto, não foi nomeado para esse cargo após a

derrota nas eleições, mas 9 meses depois, facto que custou ao município um ano das contribuições para a Segurança Social, dado que no ano de 1998 não trabalhou 90 dias seguidos.

Já quanto ao subsídio de integração, este foi pago às prestações e só quando o Presidente Rosa do Céu o entendeu fazer.

O município referiu-se ainda a outras mentiras veiculadas pela deputada Graciete Brito, uma vez que não corresponde à verdade que no actual emprego aufera um ordenado maior do que se fosse Presidente da Câmara, bem pelo contrário, e também não corresponde à verdade que tenha requisitado para si uma viatura aquando da sua integração no actual cargo. Na verdade, quando chegou à ResiUrb já existia um caderno de encargos com a requisição de duas viaturas, tendo o município então alertado para o despropósito da requisição, um vez que não se justificava a compra de duas viaturas, ideia que o Tribunal de Contas mais tarde veio corroborar.

O município afirmou não perceber qual a motivação da deputada Graciete Brito contra a sua pessoa, mas quer crer que serão motivações políticas e não pessoais. Assim sendo, tivesse o município preferência política diferente e já não seria alvo de ataques tão violentos como aquele de que foi alvo por preconceito político.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, eram 2 horas e 30 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata. Que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____